

STJ rejeita aÃ§Ã£o contra desembargador do TRF-3

A Corte Especial do Superior Tribunal de JustiÃ§a rejeitou a denÃªncia do MinistÃ©rio PÃºblico Federal contra o desembargador federal Paulo TheotÃ¢nio da Costa. O desembargador foi afastado de suas funÃ§Ãµes no Tribunal Regional Federal da 3ª RegiÃ£o em 2003 sob a acusaÃ§Ã£o de manipular a distribuiÃ§Ã£o de processos.

Segundo o MPF, o desembargador declarou prevenÃ§Ã£o para o julgamento de processos relativos ao caso Banespa. O relator do caso, ministro Francisco PeÃ§anha Martins, entendeu que nÃ£o houve crime de falsidade ideolÃ³gica. PeÃ§anha Martins concluiu que saber se hÃ¡ ou nÃ£o prevenÃ§Ã£o para o julgamento Ã© matÃ©ria estritamente jurisdicional e, por isso, incapaz de configurar crime de falsidade ideolÃ³gica. A decisÃ£o da Corte Especial foi unÃ¢nime

O ministro destacou que, ao se declarar preventivo para os julgamentos que entendeu estarem conexos, o desembargador Paulo TheotÃ¢nio nÃ£o excedeu os limites de suas funÃ§Ãµes. O relator lembrou que o prÃ³prio TRF-3, ao julgar uma aÃ§Ã£o que decidiu a competÃªncia para o exame dos processos fixou a conexÃ£o entre as aÃ§Ãµes, ratificando o entendimento de prevenÃ§Ã£o do desembargador acusado.

Ainda tramitam duas aÃ§Ãµes penais contra o desembargador: a de nÃºmero 219 e 224. Na 219, Paulo TheotÃ¢nio Ã© acusado do crime de falsidade documental. O caso jÃ¡ comeÃ§ou a ser julgado e cinco ministros votaram pela absolviÃ§Ã£o. Um pedido de vista interrompeu o julgamento. A aÃ§Ã£o 224 discute crime contra a administraÃ§Ã£o pÃºblica e corrupÃ§Ã£o passiva. Nesta aÃ§Ã£o, foram apresentadas as denÃªncias 411 (rejeitada pela Corte Especial do STJ) e a 433. Nesta Ãºltima, o pedido de vista do relator interrompeu a sessÃ£o.

DenÃªncia

Paulo TheotÃ¢nio da Costa foi acusado, pelo MinistÃ©rio PÃºblico Federal em SÃ£o Paulo, de favorecer rÃ©us do caso Banespa. Segundo a denÃªncia, o juiz determinou para si a distribuiÃ§Ã£o de diversos pedidos de Habeas Corpus solicitados pela defesa de diretores e funcionÃ¡rios do banco.

Outros casos

Na mesma sessÃ£o, a Corte Especial iniciou o julgamento de outra AÃ§Ã£o Penal proposta pelo MPF contra o desembargador. A acusaÃ§Ã£o Ã© do mesmo crime, tambÃ©m por ter declarado prevenÃ§Ã£o para julgamento de aÃ§Ãµes que nÃ£o teriam conexÃ£o. Elas dizem respeito a investigaÃ§Ãµes feitas em empresas do empresÃ¡rio chinÃªs Law Kin Chong.

O julgamento foi interrompido logo apÃ³s o voto do relator, ministro Carlos Alberto Menezes Direito, que se manifestou pela rejeiÃ§Ã£o da denÃªncia. Para o ministro, trata-se de ato judicante.

Paulo TheotÃ¢nio Ã© acusado em outra denÃªncia do MP, de manipular a distribuiÃ§Ã£o de processos para favorecer o Grupo Bamerindus na compensaÃ§Ã£o de crÃ©ditos junto ao Banco EconÃ´mico. O advogado Ismael Medeiros Ã© acusado de intermediar o recebimento de valores pela manipulaÃ§Ã£o



da distribuiçãõ e repassar as quantias para empresas de Paulo Theotônio.

APN 443

APN 411

Autores: Redação ConJur